

A proposta da Conferência de Saúde: estatização.

Mais de mil pessoas reunidas ontem em Brasília aprovam: a coordenação única pelo governo dos hospitais, dos bancos de sangue, dos medicamentos e dos equipamentos de saúde; aprovam também a proibição da propaganda comercial de medicamentos, alimentos e produtos nocivos à saúde; ainda, o congelamento imediato de todos os contratos e credenciamentos do Inamps com hospitais e profissionais; a suspensão dos incentivos do Inamps à medicina de grupo; e a intervenção do governo para acabar com as fraudes. Em uma palavra, a 8.ª Conferência Nacional de Saúde propõe a estatização total dos serviços de Saúde.

As principais propostas estão no documento que trata da "Reformulação do Sistema Nacional de Saúde". Os delegados aprovaram a criação de um sistema único de saúde que efetivamente represente "a construção de um novo arcabouço institucional", através de ampla reforma sanitária; a universalização da cobertura à população, começando pelas áreas mais carentes; a descentralização dos serviços nos Estados e municípios; e a integração das ações de saúde, acabando de vez com a separação entre medicina preventiva e curativa, hoje executadas distintamente pelos ministérios da Saúde e o da Previdência Social. A população também foi chamada a participar da formulação dessa nova política de saúde através do seu planejamento, gestão, execução e avaliação das ações integradas de saúde por meio de órgãos colegiados que representem as diversas categorias profissionais.

Estatização

Entre três propostas de estatização constantes do documento, foi aprovada a considerada mais realista, que defende a "estatização progressiva do sistema de saúde, através de uma retração continuada dos recursos repassados à rede privada e a expansão em paralelo da rede pública. Enfatiza a proposta aprovada que o grande objetivo a ser alcançado com a estatização grada-

tiva do sistema é o de que "o cuidado com a saúde deve ser uma ação eminentemente não lucrativa e um dever do Estado".

A proposta mais radical nesse sentido foi apresentada pela CUT — Central Única dos Trabalhadores: "O objetivo a alcançar é a imediata e integral estatização do sistema de saúde". A terceira proposta, também rejeitada, assinala que "o principal objetivo a ser alcançado com a estatização é a integral gestão pública dos prestadores privados, que passariam a ter controlados seus procedimentos operacionais e direcionadas suas ações no campo da saúde, sendo também coibidos os lucros abusivos. Desta forma pretende-se recuperar o papel diretivo da ação estatal neste setor", destaca a proposta.

O documento da Conferência alerta, porém, que a maior participação do setor público como prestador de serviços "só se configura viável e socialmente desejável caso haja o aprimoramento de seus procedimentos gerenciais, para que possa operar com maior eficiência e conquistar a confiança de sua clientela". Também foi aprovado o direito à greve, à sindicalização dos profissionais de saúde, à equiparação salarial e à estabilidade no emprego mediante admissão através de concurso público, com capacitação e reciclagem permanentes.

Também se enfatiza que todos os serviços federais de caráter local que tenham relação direta com o atendimento à população, com exceção dos órgãos de pesquisa, produção de imunobiológicos, medicamentos e equipamentos, serão transferidos aos Estados e Municípios, segundo planos e programas a serem elaborados conjuntamente pelas instituições participantes e as representações da sociedade organizada. E defende como essencial o fortalecimento dos Estados e principalmente dos municípios, os quais deverão ter autonomia política, administrativa e financeira para executar corretamente e sem interferências a nova política nacional de saúde, a ser aprovada pela Constituinte.